



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 17 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 13 de março de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO Novo limite ao crédito externo faz dólar subir.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Após derrota, Dilma troca líder no Senado	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Nova medida não significa real fraco a qualquer custo.....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Rebelião do PMDB faz Dilma tirar Jucá do cargo	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Intervenção do governo eleva o dólar a R\$ 1,80.....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Mudança na política cambial pode afetar economia do Brasil.....	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO China sinaliza que yuan está próximo do equilíbrio com dólar	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Relator defende que Pimentel seja investigado	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Precisamos desambientalizar a Rio+20	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Senado corre para legalizar a multiplicação de cargos	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Ética: relator quer Pimentel investigado	16
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO O fim da Era Jucá.....	17
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Governo adota nova medida cambial e dólar vai a R\$ 1,80	19
VEICULAÇÃO NACIONAL	
UOL ÚLTIMAS NOTÍCIAS Ministro vai ao México nesta terça negociar 'cara a cara' acordo automotivo.....	21
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ASSESSORIA MDIC Pimentel e Patriota vão ao México para nova rodada de discussão do acordo automotivo	22
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Dilma vai ao Congresso para acalmar aliados	23
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL D24AM Demissões no Polo Industrial de Manaus avançaram 74% no primeiro bimestre	24
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Novo limite ao crédito externo faz <u>dólar</u> subir		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Em nova tentativa de conter a entrada de dólares e a valorização do real, o governo anunciou a terceira restrição a operações cambiais em menos de duas semanas. Reforçou, ainda, que outras medidas devem ser anunciadas. Empréstimos no exterior com prazo de até cinco anos serão taxados com IOF de 6%. Até fevereiro, essa alíquota atingia apenas captações de dois anos. No dia 1º de março, o governo havia estendido o prazo para três anos. A restrição maior ao crédito externo contribuiu para que o dólar fechasse ontem a R\$ 1,805, uma alta de 1,18%

Governo anuncia nova restrição ao crédito externo e dólar passa de R\$ 1,80

**EDUARDO CUCOLO , ADRIANA FERNANDES /
BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo**

Em mais uma tentativa de conter a entrada de dólares no Brasil e a valorização do real, o governo anunciou ontem a terceira restrição a operações cambiais em menos de duas semanas. Reforçou, ainda, que outras medidas para coibir a especulação com a moeda brasileira devem ser anunciadas a qualquer momento.

Empréstimos no exterior com prazo de até cinco anos serão taxados com Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 6%, segundo a medida anunciada pelo Ministério da Fazenda. Até fevereiro, essa alíquota atingia apenas captações de dois anos. No dia 1.º de março, o governo estendeu o prazo para três anos. Ontem, fez a nova alteração.

A restrição maior ao crédito externo contribuiu para que o dólar fechasse a R\$ 1,805, alta de 1,18%. No mês, a moeda já subiu 5,19%. No ano, ainda acumula queda de 3,42%. A alta recente nas cotações foi vista dentro do governo como sinal de que as medidas estão no caminho certo.

Segundo fontes da equipe econômica, a estratégia de defesa do real está se ampliando e o governo procura montar um plano mais forte para enfrentar a escalada da "guerra cambial". Por isso, decidiu que era preciso "pesar a mão" na restrição a empréstimos externos e deixar o mercado em

alerta sobre a possibilidade de mais mudanças, aumentando a imprevisibilidade.

A Fazenda afirmou, em nota, que a medida reforça a decisão de reduzir o fluxo de capital especulativo que entra no País, para lucrar com a diferença entre os juros nos países avançados e no Brasil. O governo também quis restringir a entrada de dólares para aplicações de curto prazo.

As restrições a empréstimos externos começaram em 2011, por causa do aumento no número de empresas e bancos que buscam se endividar fora do País, onde os juros são mais baixos. Em março do ano passado, o governo taxou com 6% de IOF empréstimos de até um ano. Uma semana depois, estendeu a cobrança para captações de até dois anos.

Agora, com os países desenvolvidos injetando mais dólares na economia e reduzindo juros, a entrada de recursos voltou a crescer, o que pode gerar um "tsunami monetário", como disse a presidente Dilma Rousseff.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, havia dito que anunciaria medidas econômicas a "todo momento", "todas as semanas", para calibrar e estimular a economia. Uma das principais preocupações é com a perda de competitividade da indústria, acentuada pela valorização do dólar.

Há duas semanas, o BC também restringiu financiamentos em dólar à exportação, por entender que algumas operações tinham caráter especulativo. O governo também pode acabar com o prazo para o Tesouro antecipar a compra de dólares para pagar a dívida externa ou usar o Fundo Soberano do Brasil (FSB) para comprar moeda estrangeira.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Após derrota, Dilma troca líder no Senado		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Após ter sido derrotada no Senado, a presidente Dilma Rousseff decidiu trocar seu articulador na Casa: sai Romero Jucá e entra Eduardo Braga, também do PMDB. Na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT) também deve ser substituído

Dilma revê diálogo com Congresso e troca líderes

Romero Jucá será substituído por Eduardo Braga no Senado; Vaccarezza também sai

JOÃO DOMINGOS, ROSA COSTA / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Menos de uma semana depois de ter sido derrotada pelos senadores na recondução de Bernardo Figueiredo para a direção-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a presidente Dilma Rousseff decidiu trocar os articuladores políticos do governo no Congresso. Ela, no entanto, manteve o cargo com o PMDB, sinal de que respeita o gigantismo do partido do vice-presidente Michel Temer. Para o lugar do líder no Senado, Romero Jucá (RR), Dilma convidou o senador amazonense Eduardo Braga (AM).

Ao fazer a troca de líderes, Dilma disse que pretende pôr em prática um rodízio de líderes no Senado e na Câmara dos Deputados. Significa que o líder do governo na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), também será trocado.

As mudanças feitas pela presidente visam a tentar debelar a crise existente hoje entre o Congresso e o Palácio do Planalto, uma junção de descontentamento com a falta de liberação de emendas parlamentares ao Orçamento e a demora na nomeação de indicados para cargos em estatais. As eleições municipais também são munição para a crise da base aliada. Partidos da coalizão, especialmente o PMDB, criticam o comportamento do PT nas negociações e a falta de flexibilidade do partido da presidente.

Votações. Um dos exemplos mais usados pela presidente nos últimos dias para relatar os problema na

comunicação com o Congresso foi a votação do Fundo de Previdência do Servidor Público (Funpresp) pela Câmara. O PDT deu 22 votos contra a criação do fundo; o PSB, 17; e o PT, 8. As informações que chegaram ao Planalto diziam que as defecções seriam mínimas e o projeto seria aprovado sem problemas. De fato, foi aprovado, mas com alguma dificuldade.

É comum a presidente e seus ministros serem abastecidos com informações que dão segurança quanto ao resultado de uma votação. Mas, conforme o diagnóstico recente do governo, quando o placar eletrônico é aberto, nada bate com o que os líderes disseram.

"Eu pretendo fazer um rodízio de líderes a partir de agora, tanto no Senado quanto na Câmara", disse a presidente ao líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL). Ela o convidou para conversar ontem à tarde, quando comunicou que havia convidado Eduardo Braga para o cargo de líder e que este tinha aceitado substituir Jucá.

Influência de Lula. Braga, que foi governador do **Amazonas** por dois mandatos, é muito amigo do ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva. Este, embora se recuperando de um tratamento contra um câncer na laringe, vinha dizendo a Dilma que ela precisava fazer mudanças nos cargos de líderes. E defendia Eduardo Braga como o melhor nome.

Braga integrava o grupo chamado de G-8, que aglutina oito senadores que contestam a liderança de Renan Calheiros. Alguns, como Jarbas Vasconcelos (PE) e Waldemir Moka (MS), votaram no tucano José Serra em 2010. Braga, pelo contrário, foi fiel ao PT e a Dilma e a ajudou durante a eleição.

Mas, por não se dar com Renan, vivia numa espécie de limbo. A presidente acha que com ele as articulações políticas ganharão em agilidade.

Desgastes. Jucá estava desgastado com a presidente. Na semana passada, cometeu dois erros que ajudaram a tirá-lo do cargo. Primeiro, informou a presidente de que a indicação de Bernardo Figueiredo

para a ANTT seria aprovada. Depois, retirou de pauta um projeto de interesse de Dilma, o que pune empresas que pagarem salários inferiores a mulheres nos mesmos cargos exercidos por homens. Dilma queria sancionar o projeto na

última quinta-feira, Dia Internacional da Mulher. O líder na Câmara, Vaccarezza, já se desentendeu com a ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais).

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Nova medida não significa real fraco a qualquer custo		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

CHRISTOPHER GARMAN

A decisão do Ministério da Fazenda de elevar para cinco anos o prazo para a incidência do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre empréstimos no exterior levantou novo debate sobre a política cambial do governo.

Membros da equipe econômica e a própria presidente Dilma Rousseff têm deixado clara a preocupação com um cenário internacional caracterizado por políticas expansionistas monetárias nos EUA, na União Europeia e no Japão, que podem levar a uma nova apreciação da moeda brasileira.

Essa preocupação provavelmente influenciou a decisão do Banco Central de reduzir os juros em 0,75 ponto na semana passada e certamente significa que o governo adotará novas medidas de controle de capital para evitar o fortalecimento do real -que pode prejudicar a competitividade da indústria.

A decisão do governo de elevar o prazo de incidência do IOF, porém, surpreendeu pelo fato de ter ocorrido logo depois de o **dólar** ter fechado a R\$ 1,78 na última sexta-feira (bem acima do R\$ 1,69 do dia 28 de fevereiro) e somente 11 dias depois de o governo ter aumentado a incidência de dois para três anos.

CONTROLE DE CAPITAIS?

Será que essa decisão representa uma nova estratégia do governo, em que busca de uma desvalorização maior da moeda, e uma disposição de implementar medidas de controle de capital mais agressivas?

Achamos que não. Não há como negar que a preocupação dentro do governo com a competitividade da indústria tem crescido em contexto de liquidez internacional.

Entretanto, se de um lado o governo tem agido para conter a valorização da moeda, também tem deixado clara sua disposição de manter um fluxo de investimento estrangeiro direto (IED) e de desenvolver um **mercado** de capitais doméstico.

Aliás, a preocupação com o último foi a razão de o governo ter retirado o IOF sobre investimentos externos na Bolsa, em dezembro de 2011. O imposto não só aumentou o custo de empresas brasileiras de levantar capital, mas também incentivou a emissão de ações fora do Brasil.

Tudo isso significa que, no fundo, a política cambial não mudou muito. O governo certamente adotará novas medidas se a moeda se fortalecer, mas dificilmente defenderá um único patamar cambial a todo custo

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Rebelião do PMDB faz Dilma tirar Jucá do cargo		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), foi destituído do cargo.

No posto desde a gestão FHC, Juca foi apontado como um dos mentores da operação orquestrada pelo PMDB, na semana passada, que causou a primeira derrota de Dilma no plenário.

Crise na base derruba "eterno" líder do governo no Senado

Após traição de aliados, Jucá deixa cargo que ocupou para FHC, **Lula** e Dilma

Eduardo Braga assume com missão de pacificar senadores; líder na Câmara, Vaccarezza também deve cair

DE BRASÍLIA

A rebelião da base aliada, insatisfeita com o Palácio do Planalto, fez ontem a sua primeira vítima: o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), foi destituído. Ele dará lugar ao senador Eduardo Braga (PMDB-AM).

A crise também deve derrubar o líder na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), que sofre processo de desgaste desde o ano passado. Ele foi convocado para uma reunião hoje de manhã com a presidente Dilma Rousseff.

Conhecido entre colegas como "eterno" líder no Senado, Jucá exerceu a função nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio **Lula** da Silva e Dilma.

Entre idas e vindas, ocupava o cargo havia 13 anos. Iniciou a última passagem em 2006, ainda durante o primeiro mandato de Lula.

Ontem à noite, a assessoria do senador publicou no Twitter que ele continuava no posto "até o momento", mas sua queda era dada como certa por integrantes do governo.

Jucá perdeu apoio de Dilma na semana passada, quando ela sofreu sua primeira derrota no plenário do

Senado: a derrubada de Bernardo Figueiredo do comando da ANTT, agência reguladora do setor de transportes.

Jucá foi apontado como um dos mentores da traição orquestrada pelo PMDB, que irritou a presidente.

Apesar de ser alertado por colegas sobre o risco de revés, o senador manteve a votação. Minutos depois, Dilma foi informada da traição da base.

O peemedebista ainda descumpriu orientação expressa do Planalto e retirou da pauta um projeto que a presidente pretendia sancionar hoje em visita ao Congresso, sobre os salários das mulheres.

A presidente anunciou a substituição em reunião ontem com o senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Eduardo Braga assumirá a vaga com a missão de ampliar a força do Planalto no Senado. Sua escolha atende ao grupo "independente" de senadores do PMDB, que reclamava da concentração de poder nas mãos de Jucá, de Renan e do presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP).

RODÍZIO

Na versão oficial, o Planalto pretende fazer um "rodízio" na articulação política, o que alimentou os rumores sobre a queda de Vaccarezza.

A intenção do governo com as mudanças é fazer um acompanhamento mais rigoroso das votações e medir melhor o ânimo do Congresso para evitar novas surpresas.

Em 2011, os partidos aliados acumularam queixas da presidente. Ela foi criticada por vetar indicações políticas, restringir a liberação de emendas parlamentares e demitir aliados sob suspeita de irregularidades.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Intervenção do governo eleva o <u>dólar</u> a R\$ 1,80		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Ministério da Fazenda estendeu o Imposto sobre Operações Financeiras de 6% para empréstimos de até cinco anos feitos no exterior e freou a queda da moeda, que fechou ontem a R\$ 1,80.

Essas medidas repetidas causam insegurança entre os investidores, segundo analistas.

Mudança no câmbio leva dólar a maior valor desde janeiro

Moeda americana passa de R\$ 1,80 depois que imposto para entrada de recursos no país sobe pela segunda vez

Analistas reclamam de incertezas; objetivo da equipe econômica é defender a indústria doméstica, estagnada

MARIANA CARNEIRO

DE SÃO PAULO

O anúncio de mais uma intervenção do governo para frear a valorização do real fez o dólar subir ontem e voltar a R\$ 1,805, o que não era visto desde o início de janeiro.

O Ministério da Fazenda estendeu ontem a cobrança de 6% do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) para empréstimos no exterior com vencimento em até cinco anos, como havia antecipado a Folha. Antes, eram taxadas operações de até três anos.

É a segunda vez, em pouco mais de dez dias, que o governo amplia a taxaçoão de recursos que entram no país.

Se a ação ajuda o governo a conter a valorização da moeda brasileira, também provoca incertezas no mercado.

Analistas afirmam que as repetidas intervenções estão provocando insegurança entre investidores e empresas que dependem do câmbio para operações de compra e venda no exterior.

"Esse alvoroço provocado pelo governo afeta exportadores e desestimula empresas que estejam pegando dinheiro emprestado para aumentar seu capital de giro e sua produção", afirma Sidney Nehme, sócio da corretora de câmbio NGO.

Para analistas, a perspectiva de que o governo continuará atuando deve manter o dólar num patamar mais elevado nos próximos dias.

"Toda insegurança gera contração. A perspectiva agora é que entrarão menos dólares no país", diz Nehme.

A Folha apurou que, no governo, a estratégia é continuar adotando medidas gradualmente, mantendo o mercado "assustado" e o dólar no patamar acima de R\$ 1,70.

Desde o início do mês, o dólar subiu quase 5%. Para analistas, o governo dá sinais de que busca intervalo de R\$ 1,70 a R\$ 1,90 para o dólar.

O objetivo -já explicitado tanto pelo ministro Guido Mantega (Fazenda) quanto pela presidente Dilma Rousseff- é defender a indústria doméstica, que teve queda de 2,1% na produção em janeiro e passou 2011 estagnada.

Industriais se queixam que o real valorizado deixa importados mais baratos e dificulta exportações. A injeção de recursos pelos países desenvolvidos para reativar suas economias aumenta a pressão sobre o real.

O economista-chefe da corretora Prosper, Eduardo Velho, observa que a entrada de recursos no Brasil ainda não indica que esse "tsunami de dólares", como disse a presidente Dilma, já tenha chegado ao país.

Dos cerca de US\$ 12 bilhões que entraram no Brasil pelo canal financeiro nos primeiros dois meses do ano, US\$ 7 bilhões são de um empréstimo feito pela Petrobras.

"O governo parece querer se antecipar ao tal tsunami para não repetir 2010, quando a cotação chegou a

R\$ 1,60", diz o economista. "Mas é bom lembrar que a incerteza lá fora é grande."

O economista Natan Blanche, sócio da consultoria Tendências, calcula que o Brasil precisará de US\$ 115 bilhões neste ano para cobrir o déficit na conta externa e despesas de empresas com compromissos no exterior.

"Não se brinca com isso. Precisamos de recursos para fechar a conta", afirma.

Outro problema no radar dos analistas é a possível volta da inflação entre o fim de 2012 e 2013. Com o corte mais forte da taxa de juros na semana passada, analistas ouvidos pela pesquisa Focus do BC elevaram a previsão de inflação em 2012 e em 2013.

Colaboraram LORENNA RODRIGUES e PRISCILLA OLIVEIRA, de Brasília

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Mudança na política cambial pode afetar economia do Brasil		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

DE PEQUIM

O eventual fim da valorização gradual do yuan deve alimentar as reclamações da indústria brasileira contra a China, vista como uma das grandes responsáveis pelo desempenho ruim do setor nos últimos meses.

Se a estabilização do yuan vier acompanhada de mais valorização do real, os produtos chineses aumentarão sua vantagem comparativa em relação a produtos brasileiros no mercado interno e em terceiros mercados.

Sem horizonte de curto prazo para tornar a indústria brasileira mais competitiva, o governo tenderia a intensificar as medidas de proteção ao produtor nacional, das quais a China já é o principal alvo. Entidades do setor, como a Fiesp,

vêm exigindo uma posição mais dura com relação à "invasão" chinesa.

Para o consumidor, o aumento do protecionismo comercial pode significar a falta de opções importadas mais baratas no mercado.

A China é o maior parceiro comercial brasileiro há três anos. No ano passado, o país vendeu US\$ 44,3 bilhões ao gigante asiático, 44% a mais do que em 2010. Os chineses foram responsáveis por 38% do superavit brasileiro.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO China sinaliza que yuan está próximo do equilíbrio com dólar		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Jamil Anderlini

A China indicou que o yuan deixou de estar muito subvalorizado, o que deverá alimentar ainda mais as acusações que surgem na corrida presidencial dos Estados Unidos, de manipulação cambial pelos chineses.

Autoridades do banco central chinês disseram ontem que o gigantesco déficit comercial da China registrado em fevereiro mostra que o valor de sua moeda está perto do equilíbrio, após mais de seis anos de valorização gradual.

O déficit comercial é um sinal positivo de que a taxa de câmbio do yuan está perto de seu nível de equilíbrio, disse o vice-presidente do banco central, Yi Gang, no Congresso Nacional do Povo, o Parlamento chinês, que na prática não tem grande poder.

Números do governo divulgados no sábado mostraram que a China teve em fevereiro seu maior déficit comercial mensal desde 1998, com as **importações** superando as **exportações** em US\$ 31,5 bilhões.

Até agora, o presidente dos EUA, Barack Obama, recusa-se a declarar a China como uma manipuladora cambial, repetindo seu antecessor, George W. Bush. Mitt Romney, favorito à indicação para concorrer à presidência pelo Partido Republicano, no entanto, afirmou que faria isso em seu primeiro dia no cargo.

Um grupo de vozes cada vez maior dentro e fora da China, contudo, sustenta que os dados da balança comercial e outros indicadores, como os fluxos internacionais de capital no país e a desaceleração no crescimento das reservas internacionais chinesas, são evidências de que o yuan de fato aproxima-se de uma cotação sem subvalorização substancial.

Depois de valorizar-se pouco mais de 5% em relação ao **dólar** em 2011, o yuan praticamente ficou estável neste ano e na semana passada teve o desempenho mais fraco em relação à divisa dos EUA desde meados de 2010.

Superávits nos fundamentos continuam a estreitar-se e o yuan está mais perto do que nunca do valor de equilíbrio, disse Paul Mackel, diretor de análise cambial na Ásia do HSBC. Essa mudança estrutural no balanço de pagamentos da China tem profundas implicações no câmbio.

Na semana passada, o ministro do **Comércio** da China, Chen Deming, disse que a moeda chegou a uma faixa razoável e Li Daokui, assessor do banco central, também afirmou que a taxa de câmbio está próxima de seu valor justo.

Desde julho de 2005, quando a China abandonou o regime de câmbio fixo em relação ao **dólar**, que durava dez anos, a moeda valorizou-se cerca de 30% em relação ao **dólar**, embora durante a crise financeira de 2008 Pequim tenha retomado na prática um sistema fixo, que manteve a cotação do yuan estável por quase dois anos.

Os EUA e outros parceiros comerciais há muito argumentam que os **exportadores** chineses beneficiam-se de vantagens desleais graças a sua moeda subvalorizada, que torna os bens chineses mais baratos.

Em entrevista coletiva no Congresso Nacional do Povo, o presidente do banco central, Zhou Xiaochuan, descreveu o déficit comercial nos dois primeiros meses do ano como uma coisa boa. Quando perguntado se o banco central havia decidido interromper a valorização da moeda chinesa, no entanto, ressaltou que fazer isso não se trata de algo tão simples. Zhou disse que, embora a China tenha registrado déficit comercial nos primeiros meses de 2011, acabou encerrando o ano com superávit de US\$ 150 bilhões, graças a flutuações sazonais e à continuidade no aumento das **exportações**.

Em consequência de distorções decorrentes do Ano Novo Chinês, a China teve grande superávit comercial em janeiro. No acumulado de janeiro e fevereiro, o país teve déficit comercial em torno a US\$ 4,2 bilhões.

A maioria dos analistas prevê que a China terá superávit comercial menor em 2012, especialmente porque a economia de **mercados importadores importantes** de produtos chineses, como a Europa, continua vagarosa. Zhou apontou como maiores incertezas para a economia da China neste ano a lenta recuperação mundial e a situação financeira e econômica instável na Europa.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Relator defende que <u>PIM</u>ental seja investigado		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Conselheiro da Comissão de Ética da Presidência vota por abertura de procedimento, mas pedido de vista adia decisão

Luiza Damé

luiza@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA. O conselheiro Fábio Coutinho, da Comissão de Ética Pública da Presidência, votou ontem pela abertura de procedimento ético contra o ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**ental. Em seu voto, Coutinho pediu que o ministro dê explicações sobre seu trabalho de consultor entre os anos de 2009 e 2010. No entanto, o conselheiro Ricardo Caldas pediu vista e a comissão só deverá decidir sobre a continuidade ou o arquivamento do procedimento ético contra **PIM**ental em sua próxima reunião, no dia 26 de março.

Em dezembro do ano passado, O GLOBO revelou que **PIM**ental faturou R\$ 2 milhões, entre 2009 e 2010, com consultorias, inclusive durante o período em que ele atuou como um dos coordenadores da campanha eleitoral da presidente Dilma Rousseff. Metade desse valor foi paga pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), por serviços de consultoria na elaboração de projetos na área tributária e palestras nas dez regionais da entidade, mas as palestras nunca ocorreram.

- O relator votou pela abertura do procedimento, com pedido de explicações à autoridade, mas não houve decisão em face do pedido de vista do conselheiro Roberto Caldas. A discussão preliminar foi sobre se havia lá elementos para considerar de imediato aberto procedimento - disse o presidente da Comissão de Ética, Sepúlveda Pertence.

Diante das reportagens do GLOBO e da representação apresentada pelo PSDB, no dia 13 de fevereiro, a comissão decidiu analisar o comportamento de **PIM**ental, com base no Código de Conduta da Alta Administração Federal. O artigo 3 do código diz que as autoridades devem se pautar por padrões da ética nas suas "atividades públicas e privadas, de modo a prevenir eventuais conflitos de interesse".

Comissão pede explicações ao ex-vice presidente do BB

Na reunião de ontem, a Comissão de Ética decidiu também pedir explicações ao ex-vice presidente do Banco do **Brasil** Alan Toledo sobre sua movimentação bancária de R\$ 953 mil, no ano passado. Toledo disse que o dinheiro seria da aposentada Liu Mara Fosca Zerey, referente à venda de um imóvel em São Paulo. A investigação do caso está sendo feita por Banco do **Brasil** e Polícia Federal, com base no relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão do **Ministério** da Fazenda que **monitora** movimentações financeiras suspeitas.

A comissão também decidiu aplicar censura ética ao ex-ministro da Agricultura Wagner Rossi pela utilização de aeronave da Ourofino Agronegócios para viagens particulares. Durante a gestão de Wagner Rossi, que deixou o governo em agosto do ano passado, a empresa recebeu autorização para comercializar a vacina contra aftosa. O relator será o conselheiro Américo Lourenço Masset Lacombe, desembargador aposentado do Tribunal **Regional** Federal da 3 Região (São Paulo), que estreou na comissão.

Entenda o caso PIMental

Entre 2009 e 2010, período entre sua saída da prefeitura de Belo Horizonte e a chegada ao governo Dilma Rousseff, Fernando **PIM**ental, atual ministro do **Desenvolvimento**, faturou R\$ 2 milhões em serviços de consultorias. Metade do valor foi pago pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, para conversas informais e palestras. No entanto, O GLOBO apurou que as palestras nunca ocorreram. **PIM**ental recebeu R\$400 mil da QA Consulting, empresa do filho de seu sócio. Parte do pagamento foi feito antes de a QA receber R\$230 mil da HAP Engenharia, cujo dono divide com **PIM**ental o banco dos réus em ação do MP por suspeita de superfaturamento em obras. Sócios da ETA Bebidas do Nordeste, de quem **PIM**ental recebeu R\$130 mil, negaram poder pagar pela consultoria, mas um voltou atrás. E a construtora Convap pagou R\$514 mil antes de ganhar licitações na prefeitura de BH. A Comissão de Ética Pública da Presidência investiga o caso.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Precisamos desambientalizar a Rio+20		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Diretor-presidente do Sebrae acha que Conferência vai ajudar a pôr na superfície o tema sustentabilidade

Amelia Gonzalez amelia@oglobo.com.br Pesquisa feito no ano passado com 3.058 empresários de empresas de micro e pequeno porte do país deu conta de que a maioria (58%) afirma não possuir conhecimento sobre os temas sustentabilidade e meio ambiente. Apesar disso, 72% entendem que suas firmas devem atribuir alta importância à questão e 79% acham que as empresas que adotam ações de preservação do meio ambiente podem atrair mais clientes. Este resultado levou os dirigentes do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) a concluírem que é preciso esclarecer melhor seu público.

Uma grande oportunidade para isso será a Rio+20, da qual o Sebrae será um dos patrocinadores. Para o diretor-presidente da instituição, Luiz Barreto, vai ser a chance de introduzir de fato na agenda cotidiana das micro e pequenas empresas a pauta da sustentabilidade. Nessa entrevista, ele conta como o Sebrae, ou melhor, como as micro e pequenas empresas se tornaram tão **importantes** para o sistema econômico atual, a ponto de terem sido procurados pela ONU para fazer o convênio para a Rio+20.

Hudson Pontes O GLOBO: O que o senhor acha que atraiu o olhar das Nações Unidas para o Sebrae? LUIZ BARRETO: Acima de tudo porque a Rio+20 não vai focar somente o meio ambiente, ela vai focar o **desenvolvimento** sustentável. E entender **desenvolvimento** sustentável é entender também que a perna da inclusão é fundamental. Inclusão significa saneamento, educação, uma série de temas que têm que ser levados em conta. Significa também ter programa de compensação de renda, pensar o espaço urbano de maneira diferente.

Acho que a experiência brasileira de inclusão social e produtiva chama atenção.

O GLOBO: E de que forma o Sebrae ajuda na inclusão social? LUIZ BARRETO: Ajudamos as pessoas que querem ser empresários, ter CNPJ, benefício para a família, auxílio maternidade. Nos últimos dois anos, dois milhões de brasileiros tornaram seus negócios legais. Hoje o empreendedorismo é uma porta de saída inclusive para os bolsistas do programa

Bolsa Família, já identificamos isso através de um convênio que fizemos com o **Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)**. Eles nos deram a lista dos bolsistas, nós cruzamos os dados e descobrimos que tem mais de 120 mil brasileiros bolsistas, que se tornaram empreendedores e que, futuramente, vão até sair do programa se os seus negócios tiverem sustentabilidade.

O GLOBO: Bem, mas segundo a pesquisa que vocês fizeram é difícil para esses empreendedores entenderem a importância da preservação do meio ambiente até para seus negócios...

LUIZ BARRETO: Nosso papel é exatamente trazer à tona este assunto, e a Rio+20, neste sentido, vai ser muito **importante** porque durante três, quatro meses, todo mundo vai ficar falando sobre este assunto. Vai aumentar nossa possibilidade de dialogar com nossos clientes que estão ainda desatentos ao tema. Se ficarmos no debate teórico, o pequeno empreendedor vai responder que não entende muito desse negócio de sustentabilidade, não vai se interessar. É preciso traduzir para a oportunidade que o **mercado** apresenta, as tendências do consumidor, do cliente, que cada vez mais vai exigir posturas nessa direção. O pequeno empresário está no balcão, para chamar a atenção dele tem que mostrar uma relação de custo/benefício para que ele possa vislumbrar um futuro promissor. Aí ele começa a entender mais. O negócio do pequeno empreendedor é muito pragmático, tem que ter concretude para trazê-lo para o tema.

O GLOBO: Dá um exemplo dessa concretude? LUIZ BARRETO: A questão de alimentos, que é um tema forte. Trabalhamos muito com agricultura familiar e é evidente, hoje, que a tendência das classes médias urbanas é de consumir produtos orgânicos. Quanto mais a pequena empresa se esforçar em entender os diferentes nichos de **mercado**, mais vai lucrar. E ensinamos também que lucrar não é proibido nem feio: é necessário. Outro exemplo é um lavajato. Se ele passar a reusar a água, vai chamar a atenção de clientes que têm perfil de pessoas conscientes e isso é bom para o negócio dele, além de lucrar com a economia de água em si.

O GLOBO: Além do apoio do Sebrae, os pequenos precisam também de políticas públicas...

LUIZ BARRETO: Sim, e nós estamos sempre em busca disso. Os pequenos não têm condições, como as grandes empresas, de contratarem técnicos, de constituir um departamento de pesquisa, para atingir o eixo da inovação, que é fundamental na sustentabilidade. O Sebrae vai dar esse apoio a ele porque um de nossos temas é exatamente a inovação e tecnologia.

O GLOBO: O papel do Sebrae então, nessa questão da sustentabilidade, será instruir seus clientes sobre a importância do tema? LUIZ BARRETO: É também. Criamos até um centro de sustentabilidade no eixo do Pantanal, que é um grande espaço, para que todas as pequenas e microempresas possam dialogar sobre o tema. É todo produzido, foi erguido de maneira absolutamente sustentável, aliás, como vários outros prédios do Sebrae. Na verdade, nós já estamos atentos ao tema há muitos anos.

O GLOBO: Eu me lembro que vocês sempre fizeram parte das Conferências do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social... Desde quando a grande questão era trazer as empresas para o tema da responsabilidade social. Este tema já está totalmente incorporado? LUIZ BARRETO: Sim. Para você ter uma ideia, temos um anuário com pesquisa feita pelo Dieese que mede os salários nas micro e pequenas empresas. Há dez anos, o cenário era de muita informalidade e de baixos salários. Hoje melhorou muito: enquanto nas grandes empresas o salário do pessoal aumento

4% acima da inflação, nas micro aumentou 14% acima da inflação. Outra coisa foi a escolaridade. Há dez anos tínhamos a predominância do ensino fundamental e hoje temos a predominância do ensino secundário.

O GLOBO: As pequenas empresas ainda lidam com o risco de serem "engolidas" pelas grandes? Os super**mercados**, por exemplo, quando chegam em algum lugar costumam comprar todos os pequenos **mercados** que existem...

LUIZ BARRETO: Essa é uma visão nossa, a gente tende a confundir nosso espaço urbano com a realidade nacional. Hoje em dia tem espaço para todos, mas a tendência de concentração em alguns ramos é inexorável, embora aqui tenha uma legislação que, em alguma medida, protege os pequenos. Já que você citou super**mercados**, deixa eu lhe dar um dado que conheci ontem numa palestra: no setor de alimentos, o **Brasil** consome hoje mais de 80% de pequenos **mercados**, e apenas 14,5% dos grandes super**mercados**.

O GLOBO: Como o Sebrae vai estar fisicamente na Rio+20? LUIZ BARRETO: Vamos ter uma grande feira de produtos "verdes" em seis lugares. Vamos selecionar as práticas que têm tido sucesso há dez anos e fazer esta exposição.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Senado corre para legalizar a multiplicação de cargos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Engavetada desde 2009, a reforma administrativa do Senado tem votação prevista para amanhã, mas está longe da ideia original de restringir a 25 o número de funcionários de confiança nos gabinetes. Agora, a proposta é permitir que cada senador possa empregar 55 servidores. Hoje, cada gabinete tem 12 cargos comissionados, que podem ser desdobrados em até 76, como mostrou o GLOBO domingo e ontem. A manobra eleva as despesas da Casa e permite acomodar pessoas sob todo tipo de suspeita, desde parentes de parlamentares até condenados pela Justiça. (Págs. 1, 3 e editorial "Senado vira casa mal-assombrada")

No Senado, mais cargos à vista

Reforma previa 25 funções comissionadas por senador, mas limite subiu para 55

Roberto Maltchick

Chico de Gois

O projeto de reforma administrativa do Senado, com votação prevista para amanhã na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), poderia estancar o descontrole de cargos comissionados nos gabinetes parlamentares, especialmente nos estados. A proposta original, apresentada em 2009 e subsidiada por estudo da Fundação Getulio Vargas (FGV), previa que nenhum senador poderia contratar mais de 25 funcionários de confiança. Porém, depois de se arrastar por mais de dois anos sem votação, a reforma já não é mais a mesma, e, agora, cada senador poderá empregar até 55 servidores - isso se a proposta realmente for aprovada.

Ontem, O GLOBO mostrou que o artifício da multiplicação de cargos comissionados - que não exigem concurso público - leva a casos extremos, como o de Ivo Cassol (PP-RO), que emprega 67 pessoas em Brasília e em dois escritórios regionais. "O Guia do Parlamentar" - cartilha elaborada pela diretoria do Senado e entregue a cada um dos senadores quando assume o mandato - diz que, em regra, o gabinete é composto por 12 comissionados. Mas, com o fracionamento, o limite se eleva a 76 comissionados para cada um dos 81 senadores. Cada funcionário comissionado eleva despesas, como a de auxílio-refeição, que cresceram

até 157%, considerando o fracionamento dos cargos com salários mais altos em outros com vencimentos mais modestos.

Ao GLOBO, Cassol informou, por meio da assessoria, que seus 67 funcionários comparecem ao local de trabalho e atendem às reivindicações da população dos 52 municípios do estado de Rondônia. "O senador Ivo Cassol não possui uma cidade ou uma região como base eleitoral. Por ter sido governador de Rondônia por dois mandatos, o senador Ivo Cassol é constantemente procurado pela população de todos os municípios e distritos, alguns distantes mais de 1.000 quilômetros um do outro, o que praticamente inviabiliza estar em todos, toda semana", afirma a assessoria. Cassol mandou demitir, no entanto, o funcionário do gabinete que, ao mesmo tempo, recebia pela Assembleia Legislativa de Rondônia e pelo Senado. O nome do servidor constava no Quadro de Servidores Comissionados até a última sexta-feira. Ontem, já não aparecia mais.

O senador Fernando Collor (PTB-AL) emprega 54 comissionados e, de acordo com a assessoria, está dentro dos limites da proposta de reforma administrativa, ainda não votada. Em 2009, o artigo 393 da Reforma Administrativa afirmava que, a partir de fevereiro de 2011, o número total de comissionados em cada gabinete "não poderia exceder a 25", observados os possíveis desdobramentos. Na atual proposta, o assunto foi remetido para o artigo 205, que manteve texto idêntico, mas com o limite de 55 comissionados.

Menos cargos, menos favores

Já o senador Waldemir Moka (PMDB-MS) reagiu ontem à revelação de que boa parte dos senadores dispensa os servidores de bater ponto. Segundo vice-presidente do Senado, ele disse ter determinado à chefe de gabinete de seu setor que cancele a regalia e exija que todos passem a registrar o horário de entrada e de saída. Moka afirmou que a dispensa da obrigação do ponto na Segunda Vice-Presidência foi permitida por seu antecessor, o então senador Wilson Santiago (PMDB-PB), que perdeu o mandato depois que Cassio Cunha Lima (PSDB-PB) pôde assumir a cadeira, em novembro do ano passado, depois de ter sido barrado pela Lei da Ficha Limpa. O descontrole dos servidores que não precisam bater ponto foi evidenciado por contratações de

pessoas que atuam na iniciativa privada em tempo integral e que até passaram temporada fora do Brasil, como O GLOBO revelou no domingo.

Procurada para falar a respeito das suspeitas de pagamento para servidores que não cumprem sua carga horária nos gabinetes, a assessoria de imprensa do Senado Federal não se pronunciou até o fechamento desta edição.

Para a diretora do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Jovita Rosa, a redução do número de comissionados por gabinete é a única forma de evitar os casos suspeitos de não cumprimento da carga horária ou mesmo da nomeação de políticos condenados por má gestão de dinheiro público em prefeituras e câmaras municipais.

- É a hora de repensar o quantitativo de servidores por gabinete. Principalmente para tirar dos cargos, usados para retribuir favores, políticos que já demonstraram que não têm compromisso com a coisa pública - afirmou Jovita.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a adoção da Ficha Limpa para a nomeação de servidores no Senado. Ele acredita que o Senado aprovará um projeto nesse sentido. Simon, que tem 12 servidores comissionados em seu gabinete e escritório político, acha exagerado o número de auxiliares que alguns colegas mantêm.

- Deveria existir um limite. Não só na questão da verba, mas também um número máximo de funcionários.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Ética: relator quer <u>PIM</u>entel investigado		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O conselheiro Fábio Coutinho, relator da representação feita a Comissão de Ética da Presidência contra o ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel, defendeu ontem a abertura de um procedimento ético, Coutinho concluiu que PIMentel deve explicações, diante dos indícios de "quebra de decoro". Em 2009 e 2010, quando ainda não era ministro, PIMentel faturou cerca de R\$ 2 milhões por consultorias e palestras, parte delas não realizada. Um pedido de vista feito por outro conselheiro adiou a decisão final da comissão para a próxima reunião, ainda em março

Relator defende que PIMentel seja investigado

Conselheiro da Comissão de Ética da Presidência vota por abertura de procedimento, mas pedido de vista adia decisão

Luiza Damé

BRASÍLIA. O conselheiro Fábio Coutinho, da Comissão de Ética Pública da Presidência, votou ontem pela abertura de procedimento ético contra o ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel. Em seu voto, Coutinho pediu que o ministro dê explicações sobre seu trabalho de consultor entre os anos de 2009 e 2010. No entanto, o conselheiro Ricardo Caldas pediu vista e a comissão só deverá decidir sobre a continuidade ou o arquivamento do procedimento ético contra PIMentel em sua próxima reunião, no dia 26 de março.

Em dezembro do ano passado, O GLOBO revelou que PIMentel faturou R\$ 2 milhões, entre 2009 e 2010, com consultorias, inclusive durante o período em que ele atuou como um dos coordenadores da campanha eleitoral da presidente Dilma Rousseff. Metade desse valor foi paga pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), por serviços de consultoria na elaboração de projetos na área tributária e palestras nas dez regionais da entidade, mas as palestras nunca ocorreram.

- O relator votou pela abertura do procedimento, com pedido de explicações à autoridade, mas não houve decisão em face do pedido de vista do conselheiro Roberto Caldas. A discussão preliminar foi sobre se havia lá elementos para considerar de imediato aberto procedimento - disse o presidente da Comissão de Ética, Sepúlveda Pertence.

Diante das reportagens do GLOBO e da representação apresentada pelo PSDB, no dia 13 de fevereiro, a comissão decidiu analisar o comportamento de PIMentel, com base no Código de Conduta da Alta Administração Federal. O artigo 3 do código diz que as autoridades devem se pautar por padrões da ética nas suas "atividades públicas e privadas, de modo a prevenir eventuais conflitos de interesse".

Comissão pede explicações ao ex-vice presidente do BB

Na reunião de ontem, a Comissão de Ética decidiu também pedir explicações ao ex-vice presidente do Banco do Brasil Alan Toledo sobre sua movimentação bancária de R\$ 953 mil, no ano passado. Toledo disse que o dinheiro seria da aposentada Liu Mara Fosca Zerey, referente à venda de um imóvel em São Paulo. A investigação do caso está sendo feita por Banco do Brasil e Polícia Federal, com base no relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão do Ministério da Fazenda que monitora movimentações financeiras suspeitas.

A comissão também decidiu aplicar censura ética ao ex-ministro da Agricultura Wagner Rossi pela utilização de aeronave da Ourofino Agronegócios para viagens particulares. Durante a gestão de Wagner Rossi, que deixou o governo em agosto do ano passado, a empresa recebeu autorização para comercializar a vacina contra aftosa. O relator será o conselheiro Américo Lourenço Masset Lacombe, desembargador aposentado do Tribunal Regional Federal da 3 Região (São Paulo), que estreou na comissão.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO O fim da Era Jucá		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Após a derrota no Senado, a presidente Dilma Rousseff tirou Romero Jucá (PMDB-RR) da liderança do governo, função que ele ocupava desde FH. Ela deve também oficializar no Trabalho o deputado federal Brizola Neto (PDT-RJ) - nascido no RS, ele será o oitavo gaúcho no Ministério

Com derrota no Senado, Dilma tira Jucá, líder dos governos FH e Lula Presidente indica para o posto Eduardo Braga, crítico do grupo de Sarney e Renan Catarina Alencastro, Cristiane Jungblut e Isabel Braga

MUDANÇAS NA EQUIPE

BRASÍLIA. Numa jogada considerada arriscada, a presidente Dilma Rousseff resolveu ontem bater de frente com o grupo do líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), e do presidente do Senado, José Sarney (AP), e pôs fim à longa permanência de Romero Jucá (PMDB-RR) no poder. Após a derrota imposta por Renan e o PMDB - com a rejeição de Bernardo Figueiredo para a diretoria geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) -, Dilma tirou Jucá da liderança do governo no Senado e, em seu lugar, indicou o maior adversário do grupo renanzista: o senador Eduardo Braga (PMDB-AM).

Braga, ex-governador do Amazonas, lidera o chamado Grupo dos Oito (G-8), crítico do grupo Renan/Sarney, e poderá se cacifar para disputar com Renan a presidência do Senado.

A mexida não deve parar por aí. Fontes do governo informam que hoje pode cair também o líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), que vem colecionando episódios de insatisfação no Planalto nos últimos meses. O nome mais cotado é do ex-líder do PT Paulo Teixeira (SP). O deputado José Guimarães (PT-CE), envolvido no escândalo dos dólares na cueca, também está no páreo.

A "era Jucá" começou em 1986, quando o então presidente da República, José Sarney, o nomeou presidente da Funai e, dois anos depois, governador de Roraima. No governo de Fernando Collor, não teve cargos. Mas no governo de Itamar Franco foi diretor-geral da Conab e secretário nacional de Habitação. Em 1994, foi eleito senador pelo PSDB

de Roraima. Ocupava o papel de líder do governo desde a gestão de Fernando Henrique Cardoso. Para o governo Lula foi um pulo.

Escândalo com irmão Jucazinho na Conab

Jucá foi para o PMDB em 2003, logo após a eleição de Lula, que o nomeou ministro da Previdência em 2005; no ano seguinte, tornou-se líder do governo petista e foi mantido por Dilma.

No governo Dilma, Jucá resistiu ao escândalo do irmão Oscar Jucá, o Jucazinho, demitido ano passado do cargo de diretor financeiro da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) sob suspeita de desvio de verba pública. Mas cai com o tiro fatal imposto pela derrota a Figueiredo.

A saída de Jucá começou a ser costurada no Planalto no mesmo dia em que o PMDB imprimiu a derrota a Dilma no Senado. Braga esteve na última sexta-feira com a presidente, de quem recebeu o convite para assumir a tarefa de líder do governo. A presidente ficou extremamente ressentida com o revés que sofreu na semana passada, seu primeiro insucesso pessoal no Senado. A rejeição do nome de seu escolhido para a ANTT ocorreu paralelamente à rebelião da base governista, liderada pelo PMDB. Braga terá a missão de reunificar o partido em torno do governo.

No dia seguinte à rejeição de Figueiredo, o senador Lindbergh Farias(PT-RJ) bateu boca com Jucá e o acusou de saber, antecipadamente, da articulação do PMDB para derrotar Dilma e nada fazer. Nesse dia, Lindbergh disse que Jucá deveria pedir para deixar a liderança.

Dilma reagiu à articulação do PMDB do Senado com xingamentos, dirigidos principalmente a Renan. Integrante do chamado G-8, senadores que já votaram contra o governo, Braga é o maior opositor ao grupo Renan/José Sarney no PMDB.

- Quem mais bate no grupo de Renan e Sarney hoje no PMDB é Eduardo Braga. Com sua nomeação para líder, ele se cacifa como adversário de Renan, com o apoio do Planalto, para disputar com Renan a presidência do Senado. Dilma mata dois coelhos: vinga-se de Renan e agrada ao PT, que,

desde a semana passada, vem pedindo a cabeça de Jucá - disse um cacique peemedebista.

Após fazer o convite a Braga, Dilma avisou Renan sobre sua decisão, ontem, durante o almoço. Segundo integrantes do PMDB, Dilma disse a Renan que queria fazer um rodízio nos cargos de líder do governo no Senado e na

Câmara. Ela também comunicou sua insatisfação ao vice-presidente Michel Temer. Parte do PMDB ficou irritada, e disse que Braga, no voto secreto, também foi contra a permanência de Figueiredo na ANTT, mesmo dizendo que votou a favor.

COLABOROU: Luiza Damé

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA
	TÍTULO Governo adota nova medida cambial e <u>dólar</u> vai a R\$ 1,80	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Nova tacada no câmbio

Governo aumenta alcance de IOF mais alto sobre empréstimos no exterior. Dólar sobe 1,12% e fecha a R\$ 1,805

Vivian Oswald, Martha Beck, Vinicius Neder e João Sorima Neto

Em mais um round da luta para evitar o derretimento do dólar, o governo anunciou ontem o segundo aumento, em menos de duas semanas, de tributação sobre a entrada de capital estrangeiro no país. O prazo de empréstimos tomados por empresas e bancos no exterior sujeitos ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 6% subiu de três para cinco anos. Em 1 de março, esse prazo havia passado de dois para três anos. A reação foi imediata: e o dólar comercial registrou alta de 1,12%, a R\$ 1,805, após chegar a subir 2,75% na máxima do pregão. Com isso, a moeda acumula valorização de 3,32% neste mês. Dentro do "arsenal ilimitado" prometido pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, a equipe econômica estuda outras medidas que atingiriam, por exemplo, operações de empréstimo e emissões de bônus no exterior com prazo inferior a dez anos.

Uma das alternativas em análise é obrigar o registro das operações antes da entrada dos recursos no país, para evitar que os recursos sejam desviados para outras transações. Hoje, o dinheiro entra no país e só depois é registrado no Banco Central (BC). Outra possibilidade em estudo é a desoneração das operações de empréstimos no mercado internacional ou emissões de bônus privados de empresas e bancos com prazo superior a dez anos. Seria uma forma de incentivar a captação de recursos com prazo mais longo.

A ampliação do prazo para as operações de crédito no exterior, segundo o Ministério da Fazenda, "reforça a decisão do governo de restringir a entrada de capital estrangeiro para aplicações de curto prazo no país". Mas na visão de especialistas terá pouco efeito sobre o mercado de câmbio. Para Flávio Serrano, economista sênior do BES Investimento, a cotação da moeda só subiu ontem porque o mercado foi surpreendido pela medida e teve que ajustar posições. Na visão de Serrano, o governo não tem como lutar contra o excesso de liquidez do mercado internacional,

considerando que o Brasil continua oferecendo uma taxa de retorno elevada para os aplicadores:

- O dinheiro não é bobo. Procura a maior rentabilidade.

O economista-chefe da Votorantim Corretora, Roberto Padovani, destaca que o efeito principal da medida será gerar ruído no mercado e provocar uma aversão nos investidores:

- A medida não reduzirá o fluxo de capital de modo significativo. Até porque a cotação do real sempre vai ser balizada pelo comportamento do dólar lá fora. Mas acaba gerando uma incerteza e suavizando o movimento.

Empréstimos são mais atingidos

Segundo o diretor-executivo da NGO Corretora de Câmbio, Sidnei Nehme, a forma como o governo está agindo pode acabar prejudicando o ingresso de capital estrangeiro de qualidade no país. Embora as ações sejam destinadas aos aplicadores que buscam o Brasil para obter ganhos de arbitragem em cima das altas taxas de juros, uma ação atrás da outra pode acabar provocando uma insegurança indesejada no mercado, avalia.

Dados do Ministério da Fazenda indicam que os países ricos são os maiores vilões da guerra cambial pelo mundo, tendo injetado nada menos que US\$ 8 trilhões na economia do planeta nos últimos meses. Deste total, US\$ 3,5 trilhões saíram da Europa e outros US\$ 3 trilhões, dos Estados Unidos. O restante foram recursos lançados na economia mundial pelo Japão e Reino Unido.

Ontem, a medida ainda pegou o mercado em dia mais pessimista nos mercados globais. O dólar subiu frente às moedas dos principais países emergentes, mas, no Brasil, a alta foi maior. Na Austrália, o dólar subiu 0,57% e, na Coreia do Sul, avançou 0,44%, segundo a agência Bloomberg News. Já o Ibovespa, índice de referência da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), recuou 0,48%, a 66.384 pontos.

Além disso, segundo especialistas, o efeito da medida de ontem, sozinho, não será tão significativo porque as principais operações de captação no mercado internacional por companhias brasileiras têm prazo superior a cinco anos. O

Itaú, por exemplo, abriu ontem uma captação de US\$ 1,25 bilhão, numa operação de emissão de títulos de dez anos.

De acordo com relatório do banco de investimentos Credit Suisse divulgado ontem, o impacto maior será sobre empréstimos diretos e não sobre as emissões de títulos. Os empréstimos diretos representam 46% dos financiamentos de médio e de longo prazos, calculam os analistas do banco. Além disso, segundo o relatório, o prazo médio dos empréstimos diretos era de 3,6 anos em 2010 (último dado disponível), enquanto a média para emissões de títulos era de 7,5 anos.

As restrições às captações tendem a atingir sobretudo as empresas de porte médio, que não conseguem emissões de títulos ou empréstimos diretos de longo prazo. Para o vice-presidente de Empresas do Santander, João Consiglio, a tendência será as firmas recorrerem ao **mercado** interno:

- O **mercado** interno de crédito é vigoroso e está com custos em queda.

Em público, o governo brasileiro reafirma que não existe um piso ou teto para o **dólar** e que a cotação é flutuante. Mas operadores de câmbio e economistas ouvidos

pelo GLOBO avaliam que, na prática, o piso informal para a moeda americana está fixado em R\$ 1,70 e o teto em R\$ 1,90. Sempre que o **dólar** caiu abaixo de R\$ 1,70 ou ficou acima dos R\$1,90, o governo fez intervenções no **mercado** de câmbio.

Já o sócio da corretora Pionner, João Medeiros, lembra que este é um momento em que as companhias brasileiras estão buscando empréstimos no exterior, com juro mais baixo do que no **mercado** doméstico, para ampliar sua **produção**, comprar equipamentos ou ampliar suas fábricas.

Com mais esta medida, o governo dificulta a entrada desse dinheiro. Quem estava negociando algum crédito de cinco anos tem que começar tudo de novo.

	VEÍCULO UOL ÚLTIMAS NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Ministro vai ao México nesta terça para negociar 'cara a cara' acordo automotivo		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Do UOL, em São Paulo

LEIA MAIS: Brasil quer limitar exportação de veículos do México a US\$ 1,4 bi Automóveis: veja modelos que ficariam mais caros com fim de acordo com o México Brasil quer mais autopeça mexicana em carro do México Carros de passeio mexicanos provocam rombo de US\$ 1,5 bi na balança comercial brasileira Anfavea defende acordo automotivo com o México

O ministro brasileiro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIM**entel, viaja ao México nesta terça-feira (13) para retomar as negociações sobre o acordo automotivo entre os dois países. A informação foi divulgada pelo **Ministério** na segunda-feira.

Os mexicanos teriam ficado irritados com negociações por carta e, na sexta-feira (9), exigiram que as conversas ocorressem "cara a cara", segundo uma fonte ouvida pela agência de notícias Reuters.

No mês passado, o **Brasil** ameaçou romper o acordo bilateral e pediu uma revisão dos termos, devido ao déficit crescente no **comércio** de automóveis entre os dois países. Uma possibilidade sugerida foi limitar o valor máximo de exportações do México a cerca de US\$ 1,4 bilhão para os próximos três anos.

Desde a semana passada, os dois países trocam correspondências com propostas de revisão, sem alcançar um acordo.

PIMentel e o secretário de economia do México, Bruno Ferrari, conversaram por telefone na sexta-feira e tentaram reduzir um pouco as tensões da negociação, segundo uma fonte do governo brasileiro.

Pelo acordo, os carros vindos do México não são considerados importados -estando, portanto, isentos da alta do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), em vigor desde meados de dezembro.

A Nissan seria uma das empresas mais afetadas. A montadora importa daquele país cinco modelos: Sentra, Tiida Hatch, Tiida Sedã, Versa e March.

A Fiat importa do México os modelos 500 e Freemont. A General Motors, o esportivo Captiva. Os modelos Fusion e New Fiesta, da Ford, também veem daquele país.

Brasil pede limite de exportações do México

O governo brasileiro pediu que o México limite o valor das suas exportações de automóveis para o **Brasil** para cerca de US\$ 1,4 bilhão para os próximos três anos como parte de um conjunto de demandas para renegociar o acordo do **comércio** automotivo entre os dois países.

O governo também disse que a quota foi o valor médio anual das exportações de automóveis do México para o **Brasil** nos últimos três anos, de acordo com uma carta datada de 8 de março à chanceler mexicana Patricia Espinosa e ao ministro da Economia Bruno Ferrari, à qual a Reuters teve acesso.

O documento afirma que os dois lados haviam chegado a um entendimento para definir os termos da revisão do acordo. O governo mexicano não estava imediatamente disponível para comentar o assunto.

Carros mexicanos provocam rombo na balança comercial

O acordo automotivo entre **Brasil** e México provocou um rombo de R\$ 1,55 bilhão na balança comercial brasileira apenas com a importação de automóveis de passeio. Em 2011, o **Brasil** vendeu para o México pouco mais de US\$ 512 milhões de carros, mas gastou US\$ 2,07 bilhões na compra de automóveis mexicanos.

De acordo com dados do **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, em 2011, no âmbito do acordo automotivo, o **Brasil** exportou para o México US\$ 1,81 bilhão em veículos e autopeças e importou dos mexicanos US\$ 2,51 bilhões, gerando saldo foi negativo de US\$ 696 milhões.

(Com informações de Reuters e Agência Brasil)

	VEÍCULO ASSESSORIA <u>MDIC</u>	EDITORIA	
	TÍTULO <u>PIM</u>entel e Patriota vão ao México para nova rodada de discussão do acordo automotivo		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Negociações tiveram início em fevereiro com a vinda de mexicanos ao Brasil

Brasília (12 de março) – Os ministros Fernando **PIM**entel, do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, e Antonio Patriota, das Relações Exteriores, viajam, nesta terça-feira (13/3), para a Cidade do México para retomar as discussões sobre a revisão do acordo automotivo **Mercosul**-México.

A reunião foi marcada em resposta à correspondência enviada pelo governo mexicano, na última sexta-feira (9/3), na qual foi proposto um encontro pessoal entre as autoridades dos dois países. Pelo lado mexicano, tomarão parte da

rodada de negociações os ministros Bruno Ferrari, da Economia, e a chanceler Patrícia Espinosa. As primeiras conversas para a revisão do Acordo de Complementação Econômica nº 55 (ACE-55) tiveram início em fevereiro, justamente com a vinda de Ferrari e Espinosa ao Brasil.

O acordo automotivo entre **Mercosul** e México foi firmado em 2002. O documento prevê que veículos fabricados nos países do bloco econômico e no México sejam comercializados entre eles sem a incidência do Imposto de **Importação**. A isenção está sujeita às regras de conteúdo local.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma vai ao Congresso para acalmar aliados		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A ida da presidente Dilma Rousseff ao Congresso hoje, em sinal de que quer contornar a crise em sua base de governo, não será suficiente para acalmar aliados, que querem "gestos práticos, mais do que simbólicos", para a melhora na relação com o Planalto.

Segundo fontes do governo, com a visita, Dilma sinaliza que não pretende retaliar aliados pela derrota sofrida na

última semana, quando o Senado recusou o indicado para a Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Reuters

	VEÍCULO PORTAL D24AM	EDITORIA	
	TÍTULO Demissões no Polo Industrial de <u>Manaus</u> avançaram 74% no primeiro bimestre		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Pelo menos 3,5 mil trabalhadores foram dispensados. As demissões atingiram empregados dos setores Eletroeletrônico, Duas Rodas, Naval e Metalúrgico.

Manaus - O número de demissões homologadas no Sindicato dos Metalúrgicos do **Amazonas** (Sindmetal-AM) entre janeiro e fevereiro deste ano cresceu 74% na comparação com o mesmo período de 2011, chegando a 3.535 pessoas demitidas no Polo Industrial de **Manaus (PIM)**. No primeiro bimestre do ano passado, o total de homologações foi de 2.031. As demissões atingiram empregados dos setores Eletroeletrônico, Duas Rodas, Naval e Metalúrgico.

Os números reforçam o saldo negativo dos empregos na indústria no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do **Ministério** do Trabalho e Emprego referente a janeiro. Enquanto as admissões foram de 4.642, as demissões ficaram em 4.798.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas (Fieam)**, Antonio Silva, explica que os funcionários demitidos no início deste ano eram temporários e não tiveram o contrato renovado. "Em geral, os temporários contratados em outubro para atender à demanda do Natal, foram dispensados nesse início de ano", afirma. Quando questionado quanto ao acréscimo de 74% nas rescisões, o presidente da **Fieam** afirmou que as contratações no final de 2011 foram bem superiores que as de 2010.

Segundo o Sindmetal-AM, as homologações são de funcionários efetivos, aqueles com carteira assinada, e não de temporários. No último caso, são empregados com contratos de trabalho com tempo determinado.

De acordo com o secretário de Políticas Intersindicais do Sindmetal-AM, Aivê Barbosa, a diretoria da entidade se

reuniu para decidir quais encaminhamentos vai levar às empresas e à **Suframa**. O secretário disse também que o sindicato vai procurar o **Ministério** Público do Trabalho (MPT).

Os dados do Sindmetal-AM mostram que os setores que mais demitiram no primeiro bimestre do ano foram o de Eletroeletrônico, com 2.333 rescisões, e Duas Rodas, com 494. O aumento de demissões em empresas do segmento Eletroeletrônico chega a 91%, já que nos primeiros meses de 2011 cerca de 1.221 trabalhadores foram dispensados. No Polo de Duas Rodas, as rescisões subiram 79,6%, saindo da marca de 275 demitidos no primeiro bimestre de 2011 para quase 500 em 2012.

Demissão

O auxiliar de **produção** Denis Machado, 43 anos, foi um dos trabalhadores que procuraram o Sindmetal para homologar sua demissão da Caloi. Após oito anos e 11 meses na empresa, foi desligado da fábrica por conta do 'reajuste de quadro'. "Junto comigo, mais oito receberam as contas pelo mesmo motivo", afirma.

No final do ano passado, entidades ligadas à indústria afirmaram que a expectativa era contratar 3,5 mil dos 7 mil temporários recrutados, números que se confirmaram no Caged de janeiro.